

Sexta-Feira, 15 de Maio de 2026

Petrobras recebe aval do Ibama para perfurar poço exploratório na Foz do Amazonas

MARGEM EQUATORIAL

g1

A Petrobras recebeu nesta segunda-feira (20) a **licença de operação** do Ibama para perfurar um poço exploratório em águas profundas na região da Foz do Amazonas. A área é considerada uma das novas fronteiras de petróleo e gás do país.

Segundo o Ibama, a licença foi concedida após uma série de aperfeiçoamentos no projeto da Petrobras. A empresa disse que comprovou a "**robustez de toda a estrutura de proteção ao meio ambiente**" que será usada na perfuração.

Além disso, a Petrobras afirma que novas fronteiras de exploração são importantes para "**assegurar a segurança energética** do país e os **recursos necessários para a transição energética justa**".

O ministro de Minas e Energia, **Alexandre Silveira**, comemorou a decisão e disse que a exploração da Margem Equatorial é o "**futuro da soberania energética**".

Antes da aprovação, o presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** afirmou, em diferentes ocasiões, que a exploração na região será feita com responsabilidade e que o Brasil não está preparado para abrir mão dos combustíveis fósseis, assim como nenhum outro país no mundo.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou que a licença mostra "que é possível conciliar crescimento econômico e preservação ambiental, garantindo que os benefícios dessa atividade cheguem às populações locais e fortaleçam a soberania energética nacional".

Após a aprovação, ambientalistas e entidades afirmaram que a licença é um duro golpe nas políticas ambientais às vésperas da COP30.

Onde será a exploração?

O bloco FZA-M-059 fica a cerca de **500 km da foz do Rio Amazonas** e **175 km da costa**, em uma região de mar aberto. A perfuração deve começar imediatamente e tem duração prevista de cinco meses.

Bacia da Foz do Amazonas

Onde a Petrobras recebeu
aval para explorar



Infográfico mostra o local em que a Petrobras vai explorar petróleo na bacia da Foz do Amazonas. | Foto: Arte/g1

Segundo a estatal, nesta fase o objetivo é coletar informações geológicas e avaliar se há petróleo e gás em escala comercial.

Impacto econômico

A expectativa sobre a área é que ela seja um **novo "pré-sal"** com reservas que permitiriam explorar 1,1 milhão de barris de petróleo por dia. Isso é mais do que a capacidade dos dois campos atuais. Tupi produz um milhão de barris por dia e Búzios, 800 mil.

*De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), seria possível retirar até **10 bilhões de barris de petróleo**. Atualmente, o país tem uma reserva comprovada de **16,8 bilhões de barris**, o que seria suficiente para manter o país sem precisar comprar petróleo de outros países até 2030.*

Área a ser explorada

A **Bacia da Foz do Amazonas**, área de interesse para a exploração, faz parte do **margem equatorial**

A decisão agora envolve um ponto específico da bacia: O bloco **FZA-M-59**



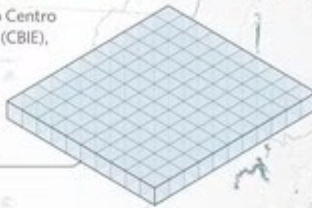
O bloco está localizado a cerca de **175 km da costa** brasileira, no litoral do estado de Amapá, a **2.880 metros de profundidade**

Área composta por uma faixa que vai do Amapá ao Rio Grande do Norte e que apresenta um grande **potencial petrolífero**

Região tem promessa de ser o “novo pré-sal”

Segundo levantamentos do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a exploração na Foz teria potencial de produzir:

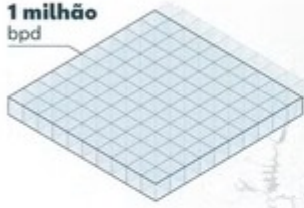
1,1 milhão de barris por dia (bpd) a partir de 2029



Isso é mais do que o que produzem os campos de **Tupi e Búzios**, dois dos maiores produtores do pré-sal

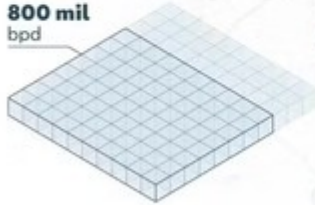
Campo de **Tupi**

1 milhão bpd



Campo de **Búzios**

800 mil bpd



Ibama cita aperfeiçoamentos

Segundo o Ibama, a licença foi concedida após uma série de aperfeiçoamentos no projeto da Petrobras desde o indeferimento do pedido original, em maio de 2023.

“Após o indeferimento do requerimento de licença em maio de 2023, Ibama e Petrobras iniciaram uma intensa discussão, que permitiu significativo aprimoramento do projeto apresentado, sobretudo no que se refere à estrutura de resposta a emergências”, informou o órgão ambiental.

Entre as medidas exigidas, o Ibama destacou a construção e a operação de um novo Centro de Reabilitação e Despetrolização (CRD) de grande porte no município de Oiapoque (AP) — que se soma ao já existente em Belém (PA) —, além da inclusão de três embarcações offshore dedicadas ao atendimento de fauna oleada e quatro embarcações de apoio nearshore.

O instituto afirmou ainda que essas exigências adicionais “foram fundamentais para a viabilização ambiental do empreendimento, considerando as características ambientais excepcionais da região da bacia da Foz do Amazonas”.

Petrobras: padrões atendidos

A Petrobras afirmou que a licença marca “uma conquista da sociedade brasileira” e que o processo de licenciamento permitiu comprovar “a robustez de toda a estrutura de proteção ao meio ambiente” prevista para a perfuração em águas profundas do Amapá.

A estatal disse que vai operar “com segurança, responsabilidade e qualidade técnica” e que a pesquisa busca confirmar o potencial da Margem Equatorial, considerada estratégica para “assegurar a segurança energética do país e os recursos necessários para a transição energética justa”.

"Em todos os cenários alinhados ao Acordo de Paris, as atividades de petróleo e gás continuarão sendo essenciais, pelos próximos anos, para viabilizar que a transição energética aconteça com garantia de disponibilidade, acesso e confiabilidade no fornecimento de energia. Por isso, com a exploração de petróleo na Margem Equatorial, buscaremos novas reservas de petróleo para garantir a energia que o Brasil precisa", afirma a empresa em nota sobre a exploração da Margem Equatorial.

Exploração antes da produção

Nesta fase, não há produção de petróleo — trata-se exclusivamente de pesquisa exploratória. **Apesar disso, essa etapa é vista como uma derrota para aqueles que eram contra a exploração na região.**

A licença para exploração encerra um processo que durou mais de uma década: o bloco foi concedido em 2013 e o processo de licenciamento ambiental do bloco 59 começou em abril de 2014.

Em agosto, a empresa realizou um simulado de emergência supervisionado pelo Ibama, etapa final para comprovar a capacidade de resposta e segurança da operação.

Próximas etapas

Agora, antes de a estatal produzir petróleo na Foz do Amazonas, algumas etapas precisam ser cumpridas, como:

- * constatar que há petróleo em volume suficiente que justifique o investimento em produção;
- * declarar a comercialidade da área, o que dá início à fase de desenvolvimento do campo;
- * ter o licenciamento ambiental para a atividade de produção aprovado pelo Ibama.

Repercussão da licença

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, comemorou a decisão do órgão.

“A Margem Equatorial representa o futuro da nossa soberania energética. O Brasil não pode abrir mão de conhecer seu potencial. Fizemos uma defesa firme e técnica para garantir que a exploração seja feita com total responsabilidade ambiental, dentro dos mais altos padrões internacionais, e com benefícios concretos para brasileiras e brasileiros. O nosso petróleo é um dos mais sustentáveis do mundo, com uma das menores pegadas de carbono por barril produzido, assim como a nossa matriz energética altamente renovável, que é exemplo para o mundo”, afirmou o ministro Alexandre Silveira.

Grupos e entidades ambientalistas reagiram à licença do Ibama para perfuração na Foz do Amazonas qualificando a decisão como uma "dupla sabotagem à COP30 e ao clima".

“Por um lado, o governo atua contra a humanidade, ao estimular mais expansão fóssil e apostar em mais aquecimento global. Por outro, atrapalha a própria COP30, cuja entrega mais importante precisa ser a eliminação gradual dos combustíveis fósseis”, disse Suely Araújo, coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima.

Em entrevista ao **g1** em agosto, a ministra Marina Silva, ao ser questionada sobre o desejo do governo Lula de explorar petróleo na região, disse que era "preciso um caminho do meio e que os países ricos é que deveriam ir na frente".

"Eu tenho que olhar para a matriz energética global e o que foi acordado é que países ricos vão à frente países em desenvolvimento vêm em seguida. O Brasil tem dado uma contribuição muito grande na sua matriz energética e está trabalhando muito", disse Marina.